

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 5 de maio 2000

Ano 2 Nº 25

Encerrada a CPI do Besc

O relator da CPI constituída para investigar a situação financeira do Besc, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), apresentou na última reunião, realizada na manhã de ontem, o resultado final dos fatos investigados. A comissão, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), aprovou por unanimidade, com restrições dos deputados Neodi Saretta (PT), Joares Ponticelli (PPB) e Sandro Tarzan (PTB), o teor do relatório final, que remete ao Ministério Público cópia dos documentos para as providências necessárias ao caso.

Benedet faz um histórico do banco, ressaltando que até 1998 o Besc vinha se ajustando ao programa de estabilização econômica e enfrentando a inadimplência do setor privado e público, saneando ativos, ampliando os negócios e receitas, reduzindo custos, melhorando sua liquidez e aumentando seu patrimônio, seguindo diretrizes do Banco Central.

O parlamentar destacou que entre os motivos que levaram à constituição da CPI estão os custos fixos incompatíveis com a geração de receitas; política de privatização do governo federal; sustação do projeto de saneamento; perda de credibilidade causada por declarações impróprias à imprensa e ao mercado; deterioração da situação financeira; paralisação dos negócios a partir de janeiro de 1999; acumulação de prejuízos; queda de produtividade e redução patrimonial; comissão de registro contábil e inadimplência e liquidez do setor público, entre outras.

Irregularidades

Foram comprovadas irregularidades como manipulação das demonstrações contábeis em 1999, alterando o lucro no período e o patrimônio, o que provocou perda de credibilidade, de clientes e redução nas captações; deterioração da situação financeira em 99, decorrente da manipulação das informações; paralisação dos negócios, que causaram perda ao Tesouro Estadual; omissão de registro contábil da venda do FCVS e os prejuízos decorrentes desta ação, além de reduções patrimoniais indevidas.



Deputado Ronaldo Benedet apresenta relatório final

Benedet afirmou que “se a União pagasse integralmente seus débitos para o Sistema Financeiro Besc, relativos ao FCVS, provisionados indevidamente em 70% do seu valor, como será feito por ocasião da venda do controle acionário ao setor privado, o banco torna-se viável econômica e financeiramente pela remuneração desses ativos a taxas de mercado e com liquidez. Assim o Tesouro Estadual não teria qualquer custo para o saneamento do Sistema Financeiro Besc, até porque também teria recuperado o crédito e os funcionários não precisariam ser condenados ao desemprego”.

Dívida pública

Concluindo, comentou que para possibilitar a privatização e transferir os benefícios ao futuro banco privado que adquirir o Besc, o Estado aumentará sua dívida total em torno de 50% por conta de uma dívida de R\$ 2,1 bilhões que existe no Projeto de Saneamento e captação aprovado em 31 de março de 1999, que manteria a instituição financeira pública.

O relatório, que não aponta o nome dos responsáveis por possíveis irregularidades, será votado em plenário dentro de cinco sessões, previstas pelo Regimento Interno da Casa; e em seguida cópia de todo o processo será encaminhado aos ministérios públicos Federal e Estadual e ao Tribunal de Contas para as providências cabíveis.

**Comissão
discute redução
da idade penal**

Página 4

**Denunciada
pesca predatória
da sardinha**

Página 5

OPINIÃO

A legitimidade da reforma política



É bastante evidente a necessidade de reformas que promovam o aprimoramento de nosso sistema político. A estrutura bicameral do Congresso Nacional, com o Senado Federal revisando tudo o que a Câmara dos Deputados aprova, retarda o processo legislativo. O abuso na edição de medidas provisórias, a existência de partidos sem qualquer representatividade, a falta da fidelidade partidária, que leva muitos parlamentares a trocar de partidos movidos por conveniências pessoais, chegando até a negociar seus mandatos, são apenas alguns

exemplos das dificuldades que enfrentamos para a construção de instituições políticas sólidas.

O processo eleitoral também deve ser objeto de reformas. Já tramita no Congresso um projeto que institui a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais. Também se fala muito na adoção do voto distrital misto, no fim do voto obrigatório, em nova regulamentação da divulgação do resultado de pesquisas eleitorais e do uso dos meios de comunicação pelos partidos políticos.

Entretanto, a representatividade do Congresso tem sido bastante questionada. Um parlamentar eleito pelo Acre possui dezenas de milhares de votos a menos que um eleito por São Paulo. Além disso, como irão deliberar os parlamentares sobre matérias que lhes dizem respeito tão de perto? A tendência tem sido sempre a de favorecer sua reeleição e garantir a perpetuação de uma correlação de forças que favorece os

grupos dominantes, financiadores das campanhas. A ação de poderosos *lobbies* de banqueiros e empresários sobre os parlamentares já é vista como algo normal.

A atuação corporativa de bancadas de ruralistas, donos de hospitais etc., também. A pressão popular em Brasília é coisa rara. Portanto, que legitimidade terão os congressistas para promover as reformas políticas que necessitamos? A necessidade de um referendun das reformas parece inquestionável.

É impossível deixar de notar que o assunto das reformas políticas vem à tona sempre que as elites dominantes encontram dificuldades para encontrar um nome capaz de garantir o continuísmo. O tema ocupa mais espaço na mídia chapa branca quanto mais se avizinha o processo sucessório.

Lembram da última campanha presidencial? A discussão das reformas políticas foi apenas uma cortina de fumaça utilizada para encobrir a proposta de reeleição do Presidente da República. A emenda constitucional da reeleição, aliás, foi aprovada após uma descarada compra de votos de deputados inescrupulosos, promovida por um governo idem. Agora se volta a falar em reformas políticas e na adoção do parlamentarismo, já rejeitado pelo povo em plebiscito realizado em 1993. É mais fácil para os grupos dominantes eleger um primeiro-ministro que um presidente, mantendo assim o mesmo quadro de desemprego, exclusão e miséria, na qual vive a maioria do nosso povo.

Precisamos de reformas, sim, mas que sejam discutidas e aprovadas com seriedade, pois devem ser estruturais e não apenas para acomodar interesses numa determinada conjuntura. E o mais importante: estas reformas devem possuir o imprescindível apoio popular.

Deputado Pedro Uczai (PT)

Em defesa das crianças



No decorrer desta semana encaminhamos na Assembléia, sob a forma de indicação, uma sugestão ao governador do Estado e à Secretaria da Educação: que seja afixada em todas as salas de aula da rede pública estadual de ensino quadro contendo a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, juntamente com a logomarca do Governo de Santa Catarina (no caso, a nossa bandeira).

Tomamos essa iniciativa por entender que esta Carta da Criança, elaborada há 41 anos pela Unicef (órgão das Nações Unidas para a infância), é pouco conhecida, mesmo por aqueles que, em tese, deveriam conhecê-la integralmente. A divulgação ostensiva permitirá que especialmente os professores, os alunos e seus pais conheçam o teor da declaração e, feito isso, possam analisar melhor até onde esses preceitos estão sendo respeitados e de que forma suas determinações podem

subsidiar nosso mundo atual, onde grassam o desrespeito pela vida humana e a violência gratuita.

Entendemos que a valorização do ser humano está cada vez mais deixada de lado, perdendo sempre para a ganância de um sistema econômico-financeiro desumano, com conseqüências inimagináveis. Acreditamos que reside na educação básica e na formação da criança toda e qualquer esperança de um mundo um pouco melhor.

A Declaração Universal da Unicef traz alguns itens que certamente se anteciparam à virada do milênio. Num momento em que vemos no noticiário de todos os dias fatos mostrando a degradação das crianças, muitas delas nas ruas disputando espaço com os maiores criminosos, a leitura aprofundada do que determina a Declaração Universal servirá, no mínimo, para que todos nós façamos um exame de consciência e analisemos o que pode ser feito para mudar o triste quadro atual, construindo um novo caminho para um horizonte bem melhor. Para as crianças e para a humanidade em geral.

Deputado Altair Guidi (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid
Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
Distribuição: João Batista Ramos e setor de Expedição

PRESIDÊNCIA

Assembléia lembra centenário do Lar São Vicente de Paulo

Por iniciativa do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), foi realizada no dia 24 de abril sessão solene em homenagem ao centenário de lançamento da pedra fundamental do Lar São Vicente de Paulo, obra da Irmandade do Espírito Santo, localizado no centro de Florianópolis. A Irmandade da Divina Providência criou o orfanato com o objetivo de oferecer um lar para as crianças carentes e/ou órfãs, além de lhes garantir educação escolar.

No dia 1º de janeiro de 1904 chegaram as primeiras meninas para o novo lar. Numa parceria com a confraria de São Vicente (daí seu nome) e o Colégio Coração de Jesus, hoje a Irmandade dinamiza todo o trabalho, e a Festa do Divino Espírito Santo tem sido fonte arrecadadora dos recursos necessários dessas obras sociais.

Louvando o belo trabalho realizado pela entidade, Gilmar Knaesel destacou que a realização da homenagem acontecia pelo

fato de o Poder Legislativo acreditar que “o caminho para a justiça social passa pela solidariedade e pela participação de todos”.

Gilmar aproveitou a ocasião para comunicar que a Assembléia estará presente este ano na Festa do Divino com um *stand*, pois além de participar das atividades sociais poderá mostrar para a sociedade catarinense o que faz e produz.

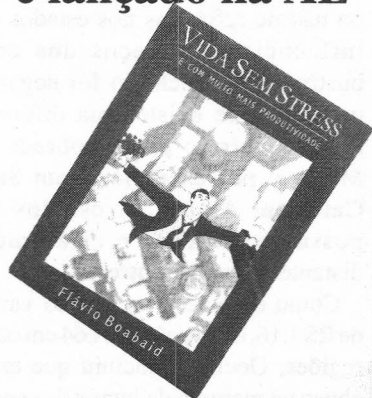
Estiveram presentes o provedor da irmandade do Divino Espírito Santo, a diretora do Colégio Coração de Jesus, Irmãs da Divina Providência, demais autoridades religiosas e civis, bem como crianças e adolescentes que integram a Irmandade do Divino Espírito Santo.



Crianças do Lar São Vicente de Paulo

(foto Giancarlo Borrotuzzi)

Livro anti-stress é lançado na AL



O presidente do Legislativo, deputado Gilmar Knaesel (PPB), participou na noite da última quarta-feira, na Galeria de Arte da Assembléia, do lançamento do livro “Vida Sem Stress”, de Flávio Boabaid. Natural de Florianópolis, Flávio é formado em Direito pela UFSC e diretor do Instituto de Desenvolvimento Pessoal e Profissional (IDPP).

Criador da Agenda Anti-Stress, Boabaid, além de responsável pela motivação e preparação psicológica do time de vôlei da Unisul, dá palestras, workshops e consultoria para empresas. Já proferiu palestras em todo Brasil e diversos países, entre eles Japão, Portugal, Chile e Argentina.

Comitiva catarinense participa do “Gramado 2000”

Uma comitiva de deputados catarinenses encabeçada pelo presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), estará a partir deste domingo em Gramado para participar da IV Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais. Organizado há mais de seis meses pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), o “Gramado 2000” será voltado para temas que discutirão a política do século 21. A influência da tecnologia, da informação e dos efeitos da globalização na atuação dos legisladores é o foco central do evento.

Entre as principais palestras a serem apresentadas estão “A Revolução da Informação e as Instituições Democráticas”, do assessor do Ministério das Comunicações Jack London, também presidente da Netcom BR e especialista em negócios via Internet; “Globalização, Pobreza e Gênero”, painel que tem entre seus apresentadores a deputada cana-

dense Lyse Leduc, da província de Quebec; e “A Informática no Aperfeiçoamento do Trabalho Parlamentar”, tema ministrado por Marcelo Fontoura, consultor do Prolegis.

Em tempos de polêmica em torno da nova Lei de Responsabilidade Fiscal, que levanta dúvidas e controvérsias a respeito da independência do Poder Legislativo, o “Gramado 2000” contará ainda com uma palestra do senador Pedro Simon (PMDB/RS) intitulada “A Competência Fiscalizadora e Autonomia do Poder Legislativo”.

A reunião do Parlasul com o Crecenea, o Fórum dos Legisladores das Províncias do Litoral Argentino, faz parte de uma série de eventos simultâneos que ocorrerão em Gramado. Parlamentares do Sul do Brasil e da Argentina colocarão em pauta, entre outros assuntos, as pequenas e médias empresas do Mercosul e a possibilidade de unificação dos calendários escolares das duas regiões para impulsionar o turismo.

COMISSÕES

Deputados contra redução da idade penal

A partir desta semana a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), está integrada à campanha estadual com outras entidades públicas e não governamentais, que são contrárias à redução da idade penal de 18 para 16 anos. O assunto foi discutido no final da tarde desta quarta-feira durante audiência pública, requerida pela deputada Ideli Salvatti (PT).

Participaram da audiência, além dos integrantes da comissão, o promotor Gercino Gomes Neto, do Centro de Promotorias da Infância do Ministério Público, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e outras entidades não governamentais.

O promotor destacou que existem atualmente no Congresso Nacional cerca de 17 emendas para modificar o artigo 228 da Constituição Federal, que prevê que o menor de 18 anos não será responsabilizado penalmente por delito cometido. As proposições querem alterar a idade de 18 para 16 anos. No entanto, anunciou que em inúmeros estados brasileiros, inclusive em Santa Catarina, estão sendo realizadas campanhas contra a redução da idade penal por decreto do governo.

Para ele isso não passa de um discurso apaixonado, que não representa a realidade brasileira nem possui embasamento científico. "Este é um argumento emocional", frisou, acrescentando que o índice de reincidência do adolescente infrator em diversos estados brasileiros é quase mínimo.

Citou que em São Paulo o índice de reincidência é grande devido ao tratamento que os adolescentes recebem por parte da polícia. "Eles são tratados pior que os judeus nos campos de concentração pelos nazistas. Para um adolescente homicida, existem 10 que são assassinados", revelou. Advertiu que no Estado Florianópolis e Criciúma são as duas cidades que pior tratam os adolescentes. Somente de março a abril foram abertos sete inquéritos para apurar torturas e humilhações a adolescentes praticadas por policiais.

Jaime Duarte lembrou que a campanha contra a redução da idade penal começou em dezembro de 1999, e vem percorrendo todos os municípios catarinenses sob a coordenação do Centro de Promotorias da Infância. Ele defendeu "a implantação de uma estrutura mínima de atendimento à criança e ao adolescente em cada município do Estado. É fundamental que os governos estaduais e municipais cumpram as medidas que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê".

Mudança de regra para suplente

De acordo com o artigo 45 da Constituição do Estado, um suplente de deputado estadual somente será convocado a assumir o cargo se um parlamentar do mesmo partido solicitar licença por 120 dias. Porém, o deputado Onofre Agostini (PFL) quer mudar esta regra. Ele elaborou um Projeto de Emenda Constitucional modificando o período de 120 para 31 dias. Segundo a proposta do parlamentar, "o suplente será convocado nos casos de vaga de investidura nas funções previstas, ou de licença superior a 31 dias".

A Constituição prevê a convocação de suplente quando o titular for investido em cargo de ministro, governador, secretário de Estado, do Distrito Federal, de território, da Prefeitura da Capital, de chefe de missão diplomática temporária



Deputado Onofre Agostini

ou, ainda, nos casos de licença superior a 120 dias.

CPE combustíveis

A Comissão Parlamentar Externa que investiga indícios de cartelização na venda de combustíveis, presidida pelo deputado Nelson Goetten de Lima (PPB), esteve reunida nesta semana para ouvir o depoimento do diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, João Mosená. Ele falou a respeito do ICMS de 25% cobrado sobre o produto, garantindo assim que o tributo, que é o mesmo em todo o País, não é o responsável pelo alto preço dos combustíveis cobrados pelos postos.

Explicou que o preço base da cobrança do ICMS em Santa Catarina é sobre o valor de R\$ 1.45 (no Paraná é R\$ 1.42 e em São Paulo, R\$ 1.43), que é o preço de venda na refinaria mais a margem de lucro dos postos de combustíveis. Deste valor R\$ 0.7 corresponde a tributos federais. Informou ainda que existem 390 liminares na Justiça para impedir a cobrança desses tributos representados pelo PIS, Confins e Pasep, o que representaria uma diminuição dos preços nas distribuidoras e postos.

Também discutiu-se se a existência ou não de refinarias nos estados tem influência nos preços dos combustíveis. A conclusão foi negativa, uma vez que existe uma diferença mínima entre o preço cobrado em Manaus, por exemplo, e em Santa Catarina. Ambos os estados não possuem refinaria e estão muito distantes uns dos outros.

Como os preços no Estado variam de R\$ 1.16, em Itajaí, a R\$ 1.64 em outras regiões, Goetten concluiu que existe abuso na margem de lucros dos postos e revendedoras e que a CPE continuará as investigações, para que seja invertido o quadro atual, inaceitável e descabido.

Agostini justifica sua proposição argumentando que o que está previsto na Constituição, além de não oportunizar a convocação de suplente, "implica em prejuízo para o bom andamento das atividades parlamentares, em razão da ausência continuada de um integrante da Assembléia".

PLENÁRIO

Pesca predatória da sardinha prejudica pescadores de Porto Belo

Visando à revisão das normas que regulamentam a captura da isca viva e a intensificação da ação fiscalizadora, impedindo definitivamente a pesca em áreas de preservação permanente, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) enviou telegramas aos ministros do Meio Ambiente e da Agricultura. Segundo o parlamentar, a comunidade pesqueira de Porto Belo está preocupada com a captura desregulada da sardinha,



Deputado Rogério Mendonça

que é usada como isca viva para a pesca do atum, pois a mesma representa um elo da cadeia alimentar marinha, atraindo outras espécies de peixes, sendo que a sua captura interfere na produção da pesca artesanal.

“Os pescadores daquela região lembram de lances fartos de corvinas, obtidos a uma ou duas milhas e, às vezes,

até a cem metros da costa. Hoje, além de a quantidade de pescado ser pequena, o peixe é encontrado numa área de dez a quinze milhas”, explicou o parlamentar. Os pescadores comentam que as três toneladas de sardinhas capturadas com rede de malha de 5 mm, se continuassem resguardadas em seu habitat por mais sessenta dias, significariam de 40 a 50 toneladas de alimento.

De acordo com denúncias feitas pelos pescadores artesanais de Porto Belo, a pesca da sardinha é feita dentro da Reserva Biológica da Ilha do Arvoredo, fato que se constitui em crime ambiental. Daí a necessidade de serem revistos os atos normativos que autorizam a captura da isca viva para a pesca do atum, porque conflitam com os interesses da pesca artesanal, diminuindo significativamente sua produção.

Vacina contra gripe para militares

O deputado Jaime Mantelli (PDT) fez uma moção ao Governador do Estado solicitando providências no sentido de ampliar a campanha de vacinação contra a gripe para os policiais militares. Essa categoria de servidores públicos está constantemente submetida a atividades externas e, por consequência, às intempéries e variações climáticas, especialmente no inverno, quando as doenças respiratórias são causa de grande número de licenças por motivo de saúde.

Segundo Mantelli, a adoção da medida atenderá à reivindicação de policiais e bombeiros militares de diversas regiões do Estado, que entendem que o fortalecimento imunológico contra doenças típicas do inverno resultará em amplos benefícios à Polícia Militar e à comunidade. Isso porque serão reduzidos os afastamentos do serviço por problemas de saúde causados por gripes e resfriados e outras doenças do aparelho respiratório, mantendo o efetivo em condições de prestar os serviços que a sociedade exige.

Bornhausen na liderança do Governo

Depois de ter se licenciado durante quatro meses para um período de estudos nos Estados Unidos, o deputado Paulo Bornhausen (PFL) reassumiu sua cadeira e a liderança do governo na Assembléia. O parlamentar deve permanecer como líder até o mês de junho, quando então passa a dedicar-se às eleições municipais.

Com o retorno de Bornhausen, Antônio Ceron volta ao Executivo e continua sendo o segundo suplente do partido. Júlio Garcia, que é o primeiro suplente, está no Legislativo no lugar do atual secretário da Seduma, João Macagnan. A vice-liderança do governo voltou a ser ocupada pelo pepebista Joares Ponticelli, que já havia substituído Bornhausen no período.

Plano Plurianual alterado para obras rodoviárias

Os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei 45/00, de origem governamental, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual (PPA) 2000/2003 da Secretaria dos Transportes e Obras – Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Muitas destas obras já foram motivo de emendas ao PPA, apreciadas pela Assembléia, no entanto, as metas, os valores simbólicos e traçados precisaram ser otimizados tecnicamente.

Entre as obras que sofreram alteração podem ser citadas as SC-419-477, trecho Itaiópolis – Itaió – Moema; SC-433, trecho BR-101 – Praia do Sonho, acesso a São Miguel em Fraiburgo; SC-436, trecho BR-101 – Praia do Mar Grosso – Laguna; SC-466 trecho Itá – Caraíba – Seara, trecho Contorno de Treze Tílias, e SC-458, trecho Capinzal – Tupitinga.

A mensagem da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Integração ao Mercosul diz que a alteração permite ao DER, ainda este ano, licitar, contratar e iniciar a execução dos serviços de terraplanagem e pavimentação destas rodovias, além de informar que na obra da SC-433 trecho BR-101 – Praia do Sonho, foi celebrado convênio com a Embratur no valor de R\$ 500 mil, para a implementação, o que exige a respectiva contrapartida do Estado no Plano Plurianual.

PLENÁRIO

Controladores eletrônicos de velocidade

De agora em diante a instalação de controladores de velocidade e de semáforos nas rodovias do território catarinense deverá estar sempre associada à travessia de escolares ou à intensa movimentação de pedestres.

Neste sentido foi derrubado veto governamental ao projeto de lei, de autoria do deputado **Ciro Roza** (PFL), que dispõe sobre a regulamentação e instalação desses controladores de velocidade, bem como a instalação de lombadas eletrônicas.

Os controladores de velocidade deverão estar destacados e perfeitamente visíveis aos usuários das rodovias, assim como as placas e os sinais de advertência. Além disso não será permitida a instalação de placas de advertência de controlador eletrônico de velocidade que não seja seguida do equipamento correspondente.



Deputado **Ciro Roza**

Ciro explica sua proposição dizendo estar preocupado com o crescente aumento do número de multas. "É uma verdadeira indústria de multas. Esta é a nomenclatura correta para designar a febre que tem assolado setores da administração pública e feito desenvolver um segmento de empresas de eletroeletrônica neste país".

Nilson quer disciplinar serviço de guincho

Se depender do deputado **Nilson Gonçalves** (PFL), os serviços de atendimento aos veículos acidentados ou com pane nas rodovias catarinenses serão disciplinados. É que está tramitando na Assembléia projeto de lei que trata destes serviços e estabelece os preços a serem cobrados.

De acordo com a matéria, a remoção desses veículos somente será feita por serviços de guincho de empresa vencedora de concorrência pública realizada pela Secretaria dos Transportes e Obras. A Secretaria loteará as rodovias por trechos, de modo a permitir eficiência na prestação dos serviços e também para que diversas empresas, assim entendidas, pessoas jurídicas e firmas individuais possam atuar ao longo dessas rodovias.

No edital de licitação deverá constar que as empresas interessadas em participar da concorrência deverão

possuir os equipamentos na quantidade e com a qualidade fixadas pela própria Secretaria dos Transportes e emitir nota fiscal e cobrar do usuário valor conforme a tabela de preços estipulada por esse órgão.

Especifica também que a empresa vencedora deverá manter os equipamentos necessários próximos aos postos policiais rodoviários do trecho que lhe foi concedido. Além disso, a Secretaria deverá fixar ao longo das rodovias placas informativas que orientarão os usuários sobre o serviço de guincho e o seu valor, já tabelado.

De acordo com Nilson, este projeto "visa coibir abusos e favorecimentos muito comuns nessas ocorrências, que prejudicam o cidadão. A lei contribuirá para a transparência na prestação desses serviços num momento em que o cidadão encontra-se fragilizado e sem opções".

Assis em defesa dos Correios

O deputado **Francisco de Assis Nunes** (PT) apresentou projeto com o objetivo de defender a continuidade e ampliação da prestação de serviços da Empresa de Correios e Telégrafos no Estado. A matéria, que obteve 28 assinaturas de apoio de parlamentares da maioria dos partidos, dispõe sobre a proibição de implantação de Caixas Postais Comunitárias no âmbito de SC e estabelece garantias à população de uso dos serviços postais.

A proposta foi elaborada a partir de uma discussão do deputado com representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos de Santa Catarina. Os profissionais estão preocupados com a drástica diminuição da área de entrega de correspondências pelos carteiros, fazendo com que as pessoas se desloquem de suas residências para um local

definido pela empresa, onde serão afixadas caixas postais. Também há o entendimento, por parte dos trabalhadores, que a mudança no atual sistema de atendimento terá como consequência o risco de violação das correspondências, porque as caixas não serão individuais e sim coletivas.

Discriminação e desemprego - Os trabalhadores também consideram grave o fato de essa mudança atingir apenas a população de baixa renda, que será discriminada pela implantação das caixas postais coletivas. O serviço também ficará precário com a redução dos dias de entrega domiciliar das correspondências, sendo que apenas 16 dos municípios catarinenses continuarão a ter entrega diária. Os servidores entendem que este processo é um passo imediato para o desemprego e a privatização de uma das empresas de maior credibilidade na sociedade brasileira.

Cultura tradicionalista nas escolas

O deputado **Manoel Mota** (PMDB) apresentou projeto de lei que prevê a inclusão de conteúdos sobre cultura tradicionalista nas disciplinas de estudos sociais. "Precisamos levar aos estudantes os conhecimentos e dados históricos da cultura tradicionalista. Hoje apenas os Centros de Tradição Gaúcha (CTG) têm contribuído para a conservação e manutenção da nossa cultura", justifica.

Mota sugere que as escolas públicas da rede estadual de ensino anexem ao seu regimento interno os conteúdos básicos da cultura tradicionalista. No entanto, essa inclusão dependerá de análise por parte da Secretaria de Educação. "Vale destacar ainda que os CTGs contribuem para o desenvolvimento do turismo e a preservação dos laços históricos", resume.

Soluções para o excedente da safra de feijão

Buscando ajudar o produtor de feijão, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) encaminhou ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura moção pedindo medidas urgentes para a ampliação dos recursos disponíveis para aquisição do excedente da produção de feijão dos agricultores do Estado.

Segundo dados confirmados no meio rural, os produtores não estão obtendo o preço mínimo, que é de R\$ 28 pela saca de 60 kg. O mercado está praticando preços que variam entre R\$ 14 e R\$ 20, causando grandes prejuízos ao homem do campo. "Se o agricultor não receber um

preço justo pelo produto do seu trabalho, como poderá pagar os custos da safra atual e implantar a próxima? Não se está falando em valorizar a produção, mas de preço justo, sem causar prejuízos a ninguém", afirma Peninha.

A supersafra de feijão brasileira foi causada pela excelente safra colhida na região Nordeste e o governo federal tem por hábito, em situações como essa, adquirir o excedente da produção para formar os estoques reguladores. "Assim o produto não é perdido, estragando nas lavouras e os preços não caem a níveis vergonhosos", destaca o parlamentar.

Estágio na segurança pública

"É vital o acesso dos estudantes de Direito para atuar como estagiários nas unidades da Secretaria da Segurança Pública, oportunizando-lhes aprendizado para a vida profissional".

O deputado Jaime Duarte (PPS) solicitou ao Secretário da Segurança Pública que realize estudos para a celebração de convênios entre aquele órgão e as universidades que oferecem cursos de Direito em Santa Catarina, para que os estudantes possam fazer estágio em delegacias de polícia e distritos policiais, especialmente em serviços burocráticos. O estágio para estudantes em órgãos e entidades da administração pública está previsto na Lei Estadual nº 10.864/98, que foi alterada pela Lei nº 11.120/99.

Duarte justificou a proposição explicando que "atualmente há um grande número de policiais lotados em delegacias e distritos policiais em atividades administrativo-burocráticas, quando pode-

riam estar prestando serviços de maior interesse social, atuando na área fim da polícia, que é a investigação e o combate ao crime, dando, dessa forma, maior e melhor segurança à comunidade. Como exemplo podemos citar Palhoça, em cuja delegacia encontram-se lotados 55 policiais, enquanto que na cidade de Joinville o número de policiais lotados em média por delegacia é de 12 a 15, que atendem a uma população de cerca de oitenta mil pessoas".

Destacou ainda que "é vital o acesso dos estudantes de Direito para atuarem na condição de estagiários nas unidades da Secretaria da Segurança Pública, dando aos mesmos uma grande oportunidade de aprendizado para a futura vida profissional".

Proposições

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Presidente da Epagri, cumprimentando-o pela realização do III Encontro Regional de Mulheres Agricultoras e Pescadoras, a realizar-se em 10 de maio, no município de Orleans.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando providências para a recuperação do asfalto da SC-450, que interliga a BR-101 a São João do Sul e Praia Grande.

Deputado Altair Guidi (PPB) à Secretária da Educação, solicitando a afixação em todas as salas de aula da rede pública estadual de ensino de quadros contendo a Declaração Universal dos Direitos das Crianças.

Deputados Nilson Gonçalves e Adelor Vieira (PFL) ao Presidente da Casan, solicitando providências para melhorar o abastecimento d'água em Araquari, através da perfuração de poços artesianos e instalação de reservatórios.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao Governador do Estado, indagando sobre a indenização concedida aos ex-presos políticos, o cronograma e sistemática de pagamento, os valores a serem creditados e qual instituição bancária.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Diretor-Presidente do jornal Tribuna Criciunense, cumprimentando-o pela passagem do 45º aniversário de fundação daquele órgão de imprensa.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a instalação de radares no trecho compreendido entre os kms 158 e 165 da rodovia que cruza Trombudo Central.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Secretário dos Transportes e Obras, pedindo um caminhão-pipa para atender Nova Veneza e região nos períodos de estiagem.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Dona Emma, cumprimentando-os pela comemoração do 38º aniversário de emancipação político-administrativa daquele município.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação urgente de novas linhas telefônicas na Rua Carlos Gomes, em Concórdia.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Governador, cumprimentando-o pela inauguração da pavimentação asfáltica da rodovia que vai de Rio Correntes a Lebon Régis.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, pedindo providências para o término da pavimentação do trecho rodoviário compreendendo a interligação da comunidade de Mãe Luzia, em Criciúma, a Nova Veneza.

Reforma agrária

A bancada do PT, liderada pelo deputado Neodi Saretta, enviou telegramas ao Presidente da República, autoridades federais e Governador do Estado, conclamando para que assumam as responsabilidades frente à morosidade da reforma agrária no Brasil, ampliando as verbas destinadas à mesma dos R\$ 1,2 bilhões para R\$ 4 bilhões; assentamento imediato de 130 mil famílias acampadas (só em SC são 1.500 famílias); crédito para investimento na produção, aumentando recursos para o antigo Procer, hoje Pronaf, de R\$ 9,5 bilhões para R\$ 17,6 bilhões; investimento em infra-estrutura em saúde, educação, saneamento, água e energia elétrica para os acampamentos e audiências dos líderes do MST com FHC, ministros das áreas afins e o Governador.

ESPECIAL

Maguila depõe reservadamente na CPI

Ao contrário do que afirmou através dos meios de comunicação, de que daria depoimento aberto à CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), o ex-investigador da Polícia Civil, Cláudio Gilberto Ferreira da Silva, mais conhecido como "Maguila", voltou atrás e depôs reservadamente perante os deputados integrantes da comissão e representantes da OAB e do Ministério Público.

A orientação de que o depoimento deveria ser secreto partiu do advogado de defesa do ex-policial, que cumpre pena acusado de homicídio. Antes da reunião, realizada no início da tarde de ontem, Blasi esclareceu que por deliberação dos deputados que integram a CPI os depoimentos das testemunhas são, via de regra, públicos ou abertos, e se o depoente solicitar será feito de forma reservada. Foi o que aconteceu com Maguila, cujo depoimento era aguardado com ansiedade, uma vez que ele prometeu, via imprensa, citar nomes de autoridades e policiais que estariam envolvidos com o tráfico de drogas na região da Grande Florianópolis.

Depoimento

Após duas horas de depoimento fechado, Maguila limitou-se a comentar que o que tinha a dizer, falou para os

Agenda

Dia 5, às 9 horas – A CPI do Narcotráfico estará ouvindo depoimentos de policiais presos, acusados por tráfico de drogas, em Tijucas.

Dia 8, às 9 horas – Reunião da CPI do Narcotráfico para avaliação e definição de cronograma de trabalho.

Local: Plenarinho

Dia 10, às 14 horas – Reunião extraordinária da Comissão de Justiça para resolver impasse relacionado aos processos de licitação das BRs 470 e 280.

Local: Fórum de Justiça



Ex-policial Maguila questionado pela imprensa

deputados, agora tudo vai depender do trabalho deles. "As provas que tinha também estão com eles", frisou.

Blasi comentou que o ex-policial citou determinados nomes já de conhecimento dos integrantes da CPI e "cerca de seis outros novos, que irão sofrer profunda investigação nos próximos dias".

Nesta quinta-feira a comissão estará em Tijucas para ouvir depoimentos de policiais presos, acusados de tráfico de drogas na região. Segunda-feira (8) a CPI volta a se reunir para fazer uma avaliação dos trabalhos realizados e determinar um novo cronograma.

Comandante da PM fala sobre incidentes

Convocado pela bancada do PT para prestar esclarecimentos sobre os incidentes violentos ocorridos na Beira-Mar Norte, na Capital, no último dia 22, envolvendo policiais e manifestantes, o Comandante da Polícia Militar, Coronel Walmor Backes, declarou durante sessão especial nesta quinta-feira que foi instaurado inquérito policial militar para apurar responsabilidades e que os fatos serão julgados pela Justiça.

O deputado Neodi Saretta (PT) falou que a manifestação naquela data demonstrou o atual quadro de indignação quanto aos problemas do país e citou problemas como os sem-terra, desempregados, professores e sem-teto. Já o deputado Pedro Uczai, também do PT, declarou que é preciso responsabilizar o Secretário da Segurança Pública pelo ocorrido. Reno Caramori (PPB) enalteceu o trabalho da polícia em manter a ordem e foi criticado pelos manifestantes quando afirmou que "democracia não é anarquia".



Coronel Walmor Backes

Durante a sessão, que foi presidida pelo deputado Heitor Sché (PFL), foi aberto espaço para a representante das pessoas envolvidas nos incidentes fazer sua manifestação de protesto.